

A PSICOLOGIA

e a exploração

DA PERCEPÇÃO, COGNIÇÃO, EMOÇÃO E PERSONALIDADE



Ezequiel Martins Ferreira
(Organizador)

Atena
Editora

Ano 2021

A PSICOLOGIA

e a exploração
DA PERCEPÇÃO, COGNIÇÃO, EMOÇÃO E PERSONALIDADE



Ezequiel Martins Ferreira
(Organizador)

Atena
Editora

Ano 2021

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2021 Os autores

Copyright da edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília



Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



A pesquisa em psicologia: contribuições para o debate metodológico

Diagramação: Gabriel Motomu Teshima
Correção: Yaidy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Ezequiel Martins Ferreira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P474 A pesquisa em psicologia: contribuições para o debate metodológico / Organizador Ezequiel Martins Ferreira. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-768-7

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.687211512>

1. Psicologia. I. Ferreira, Ezequiel Martins
(Organizador). II. Título.

CDD 150

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2021

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

A Psicologia, em sua origem, se estruturou tomando por base os estudos filosóficos e fisiológicos das atividades consideradas psíquicas. Pensamento, emoção, volição, linguagem, percepção entre outras das consideradas funções superiores são foco nessa edição da Coleção *A psicologia e a exploração da percepção, cognição, emoção e personalidade* que reúne, nesse volume, vinte e um artigos com resultados de trabalho de pesquisadores dos mais diversos países.

Essas pesquisas abordam esses fenômenos a partir de várias atuações do psicólogo, quer seja em equipes multiprofissionais, quer seja autonomamente, em clínicas, escolas, na saúde, e em trabalhos de ordem social. Espero que todos tenham uma boa leitura e que estas pesquisas possam propiciar enriquecimento e abertura da visão dos mesmo sobre novos aspectos da vida psíquica.

Boa leitura!

Ezequiel Martins Ferreira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

AS INTELIGÊNCIAS MÚLTIPLAS NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

Simone De Araújo Santos Santana

Ezequiel Martins Ferreira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6872115121>

CAPÍTULO 2..... 18

INTELIGENCIA EMOCIONAL Y CLIMA SOCIAL DE AULA EN ESTUDIANTES DE EDUCACIÓN PRIMARIA

Jessica Gajardo Montecino

Nelly Lagos San Martín

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6872115122>

CAPÍTULO 3..... 29

LA EDUCACIÓN SOCIOEMOCIONAL, UN ASUNTO PENDIENTE EN MÉXICO

Elsa Velasco Espinosa

Dora Guadalupe Castillejos Hernández

Aída Patricia Coello Velasco

Gloria Patricia Ledesma Ríos

Marcos Hernández Falcón

Andrés Otilio Gómez Téllez

Luis Gerardo Pérez Santos.

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6872115123>

CAPÍTULO 4..... 36

INDUCTIVE REASONING DEVELOPMENTAL TEST – SECOND REVISION (TDRI-SR): CONTENT VALIDITY

Cristiano Mauro Assis Gomes

Jhonys de Araujo

Israel Parreira Campos Lima

Victor Nascimento Bellesia Chaves

Hudson Fernandes Golino

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6872115124>

CAPÍTULO 5..... 50

TRANSTORNO DO DÉFICIT DE ATENÇÃO HIPERATIVIDADE: UMA REVISÃO REQUALIFICADA DE ELEMENTOS INDISPENSÁVEIS

Carolina Barbosa de Melo Souza

Paulo Roberto Hernandes Júnior

Rosy Moreira Bastos Junior

Paula Pitta de Resende Côrtes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6872115125>

CAPÍTULO 6	59
AS FUNÇÕES PSICOLÓGICAS E A IMPORTÂNCIA DO MEDIADOR NO PROCESSO DE ADAPTAÇÃO DOS INDIVÍDUOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL	
Ísis Lopes D'Oliveira Zisels	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6872115126	
CAPÍTULO 7	66
PREDICTORES COGNITIVOS, EMOCIONALES Y SOCIALES VINCULADOS A LA ADOPCIÓN DE COMPORTAMIENTOS PREVENTIVOS FRENTE AL COVID-19 EN ESTUDIANTES UNIVERSITARIOS	
Marcio Alexander Castillo Diaz	
Carlos Alberto Henao Periañez	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6872115127	
CAPÍTULO 8	81
RELACIÓN ENTRE FUNCIONALIDAD FAMILIAR Y CONDUCTAS ANTISOCIALES Y DELICTIVAS EN ESTUDIANTES DE BACHILLERATO	
María de Jesús Astorga González	
Cristian Infante Ortega	
Oscar Monreal Aranda	
Lucía Ruíz Ramos	
Víctor Parra Sierra	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6872115128	
CAPÍTULO 9	91
UMA REVISÃO SOBRE A IMPORTÂNCIA DA RELAÇÃO ENTRE A FAMÍLIA E A ESCOLA	
Hadassa Sarah de Sena Barreiro	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6872115129	
CAPÍTULO 10	93
O PAPEL DA FAMÍLIA NA ADAPTAÇÃO À DIABETES TIPO 1 EM ADOLESCENTES	
Ana C. Almeida	
M. Engrácia Leandro	
M. Graça Pereira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.68721151210	
CAPÍTULO 11	104
ADAPTAÇÃO AO TRAUMA E QUALIDADE DE VIDA EM CRIANÇAS COM LESÕES POR QUEIMADURA	
Martim Santos	
M. Graça Pereira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.68721151211	
CAPÍTULO 12	114
ADAPTAÇÃO EMOCIONAL E COGNITVA NO CANCRO DA MAMA	
Marta Pereira	

Ana Cristina Bernardo
Ana Mónica Machado
M. Graça Pereira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.68721151212>

CAPÍTULO 13..... 124

ASPECTOS ÉTICO-NORMATIVOS E A QUESTÃO ÉTICO-POLÍTICA EM RELATO DOCUMENTAL DE PESQUISA NO ÂMBITO DA PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Antonio Renan Maia Lima
Márcio Luis Costa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.68721151213>

CAPÍTULO 14..... 135

O LUGAR DO ACOLHIMENTO FAMILIAR, A QUEM PERTENCE A CRIANÇA?

Lindomar Expedito S. Darós
Rachel Baptista
Dinamércia Monteiro

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.68721151214>

CAPÍTULO 15..... 150

STRESS NA INFÂNCIA: AVALIAR E INTERVIR EM CONTEXTO DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

Rosa Maria da Silva Gomes
Anabela Maria Sousa Pereira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.68721151215>

CAPÍTULO 16..... 164

MÃES ESQUECIDAS: A ENTREGA DE FILHOS EM ADOÇÃO

Ivana Suely Paiva Bezerra de Mello
Mylena Menezes de França
Daniela Heitzmann Amaral Valentim de Sousa
Silvana Barbosa Mendes Lacerda

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.68721151216>

CAPÍTULO 17..... 178

O IMPACTO DO EPISTEMICÍDIO NA AUTOEFICÁCIA DA CRIANÇA NEGRA

Anne Caroline Souza Nascimento
Eliza Loubacker Amim
Heloise Araújo Silva
Mariana Veloso Passos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.68721151217>

CAPÍTULO 18..... 191

CRIMINAL AND FORENSIC PSYCHOLOGY OF A CASE OF FILICIDE BY DECAPITATION OF A MINOR

Bernat-Noël Tiffon Nonis

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.68721151218>

CAPÍTULO 19.....204

PERSONALIDAD CRIMINAL EN UN MILITAR DE ELITE ENTRENADO Y ASESINATO

Bernat-Noël Tiffon Nonis

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.68721151219>

CAPÍTULO 20.....210

PERFIL INDIRECTO COMO HERRAMIENTA DE LA PSICOLOGÍA FORENSE. ENTORNOS VIRTUALES Y RASGOS DE PERSONALIDAD

Patricia González Elices

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.68721151221>

CAPÍTULO 21.....220

FORMAÇÃO DE CONDUTORES: COLETIVIDADE, ESPAÇO PÚBLICO

Vanessa Jacqueline Monti Chavez

Silvio Serafim da Luz Filho

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.68721151222>

SOBRE O ORGANIZADOR.....233

ÍNDICE REMISSIVO.....234

CAPÍTULO 14

O LUGAR DO ACOLHIMENTO FAMILIAR, A QUEM PERTENCE A CRIANÇA?

Data de aceite: 01/11/2021

Lindomar Expedito S. Darós

Psicólogo do tribunal de justiça do Rio de Janeiro (TJRJ), lotado na vara de infância, juventude e idoso (Viji); professor de pós-graduação em psicologia jurídica pela universidade Cândido Mendes (Ucam); doutor em políticas públicas e formação humana (PPFH) pela universidade do estado do Rio de Janeiro (Uerj) onde está pós-doutorando-se; mestre em psicologia social pela universidade Gama Filho (UGF), graduado em psicologia pela sociedade educacional fluminense (Seflu)

Rachel Baptista

Psicóloga, pós-doutorado (em curso), doutora em psicologia clínica pela pontifícia universidade católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) em co-orientação com o instituto de psicologia cognitiva, desenvolvimento humano e social (IPCDHS - universidade de Coimbra). Bolsista CAPES. Atualmente é perita judicial (SEJUD/TJRJ); pesquisadora e professora da universidade Estácio de Sá (Unesa) - departamento de serviço social; pesquisadora associada do laboratório interdisciplinar de pesquisa e intervenção social (LIPIS-PUC-Rio). Infância, violência e direitos humanos são as principais referências temáticas de trabalho

Dinamércia Monteiro

Graduada em serviço social (UFRJ); pós-graduada em direito da criança e do adolescente (Uerj); pós-graduada em gerenciamento de projetos e metodologia da pesquisa (UFRJ); professora convidada de

metodologia de pesquisa (UFRJ); assistente social da subsecretaria de mulheres de São Gonçalo, lotada no centro especial de orientação à mulher (Ceom) Zuzu Angel; coordenadora geral de acolhimentos de São Gonçalo; coordenadora do serviço de acolhimento familiar (SAF) de São Gonçalo; conselheira do CMDA de São Gonçalo presidente do fórum estadual de acolhimento familiar do estado do Rio de Janeiro

Ocidente a janela em bruma de ouro à luz evoca. Assíduo, o manuscrito já preenhe de infinito a hora aguarda alguém nesta penumbra a Deus constrói. Um homem Deus engendra. É um judeu de tristes olhos e citrea pele. O tempo o leva como leva um rio a folha que nas águas vai descendo. Não importa, porém; com delicada Geometria insiste o feiticeiro e a Deus cinzela; da doença parte para além do que só é nada. A Deus vai erigindo com palavras o mais pródigo amor lhe foi dado, amor que não espera ser amado. Baruch Spinoza

RESUMO: O acolhimento familiar emerge no Brasil objetivando proteger e garantir direitos às crianças em situação de vulnerabilidade. Busca oferecer um ambiente familiar provisório em substituição à institucionalização. Entretanto, alguns atravessamentos perpassam o processo de saída. Desta forma, pretende-se problematizar o desacolhimento, o desligamento e as implicações socioafetivas para crianças inseridas

neste contexto. Foi utilizado o referencial teórico da análise institucional e a perspectiva sócio-histórica. O método bibliográfico apoia o artigo. Considerar legítimo o pertencimento infantil parece ser um caminho razoável na contramão da violação de direitos. Assim, a criança precisa ser apreendida a partir da sua trajetória existencial.

PALAVRAS-CHAVE: Acolhimento Familiar; Criança; Pertencimento.

ABSTRACT: Foster family emerges in Brazil with the aim of protecting and guaranteeing the rights of vulnerable children. It seeks to offer a provisional family environment to replace institutionalization. However, some crossings go through the exit process. In this way, it is intended to problematize the withdrawal, disconnection and socio-affective implications for children in this context. The theoretical framework of institutional analysis and the socio-historical perspective were used. The bibliographic method supports the article. Considering children's belonging legitimate seems to be a reasonable path against the violation of rights. Thus, the child needs to be apprehended from his existential trajectory.

KEYWORDS: Foster care; Child; Belonging.

INTRODUÇÃO

As reflexões presentes nesta escrita ensaísta foram provocadas a partir de um convite endereçado a um dos autores para conversar com os participantes do encontro do fórum estadual de acolhimento do Rio de Janeiro, o qual tem perspectiva itinerante. A partir do convite para a o fórum, surgiu a ideia de uma escrita pelos três autores, uma vez que a aposta no acolhimento familiar afeta aos três de modo visceral.

Cabe dizer que todos, nos lugares institucionais que atuam, afirmam o acolhimento familiar por considerarem ser esta modalidade de cuidados rica em possibilidades. Especialmente para potencializar a singularização nos processos de subjetivação de crianças que carecem de ser, por atravessamentos múltiplos, ainda que temporariamente, afastadas de suas origens.

Optou-se por utilizar o termo “criança” fundamentado na convenção dos direitos da Criança (CDC) (decreto lei Nº 99.710, 1990), a qual afirma ser criança toda pessoa do nascimento aos dezoito anos de vida incompletos. Esta escolha em detrimento ao termo “adolescente” não reflete recusa ao reconhecimento das especificidades de cada momento de vida destas pessoas. Constitui-se resistência e denúncia à onda neofascista que tem tomado o Brasil. Especialmente a partir de 2013, quando se pensa em reduzir a maioria penal para dezesseis anos de vida sob a alegação de que não se pune crianças no Brasil.

No contexto da proteção, a família acolhedora (Lei Nº 12.010, 2009) emerge, no Brasil, como política pública cujo principal objetivo é proteger e garantir direitos às crianças em situação de violações dos direitos humanos. Sua principal característica é oferecer a elas um ambiente familiar em momentos de crise sem descartar a origem e história das crianças. Para tanto, se faz necessária a intervenção do poder judiciário em conjunto com o executivo local (prefeituras). Neste ambiente se pretende pensar alternativas seguras

e possíveis para proteção integral com a manutenção dos vínculos familiares. Neste contexto, os processos de reunificação e reintegração (Delap, Wedge, 2016) a um lugar de segurança e estabilidade emocional (Dias, 2012) são os objetivos finais do trabalho.

Tais famílias acolhedoras não têm por projeto adotar judicialmente as crianças que lhes são entregues para cuidados. Aquelas a elas encaminhadas, como se filhas fossem, precisam ir ao encontro de suas origens ou seguirem para outras alternativas que lhes forem cabíveis. Uma delas é a adoção judicial por famílias inseridas no sistema nacional de adoção e acolhimento (SNA)¹, o qual é gerido pelo conselho nacional de justiça (CNJ). Assim, a partir da relevância de se primar pelo retorno a um ambiente estável e seguro, o presente artigo tem por objetivo colocar em análise os atravessamentos (Lourau, 1993; Baremlitt, 2002) que constituem o momento em que a criança fará a transição para um novo núcleo diferente da família acolhedora.

Preende-se problematizar o desacolhimento, o desligamento e as implicações socioafetivas para as crianças em situação de acolhimento familiar. Neste contexto, optou-se por nomear de *desacolhimento* a saída da família acolhedora com a manutenção dos vínculos entre acolhido e acolhedores. O *desligamento* é referido àquelas situações onde a criança perde totalmente o contato com o ambiente onde ficou durante o período em que esteve assistida pela família acolhedora.

Para subsidiar a escrita foi utilizado preferencialmente o referencial teórico da análise institucional em conjunto com a perspectiva sócio-histórica. O método predominantemente bibliográfico, atravessado pelas práticas profissionais dos autores, apoia a execução do artigo.

O afastamento de crianças de suas famílias para inserção em medida socioprotetiva de acolhimento acontece devido a múltiplos fatores. Tais motivações têm sido amplamente discutidas por uma miríade de pensadoras da infância em vulnerabilidade (Coimbra & Ayres, 2009; Gonçalves, 2011; Arantes, 2016).

Tem-se a necessidade de equipamentos de acolhimento institucional, pois ainda há poucas famílias que acolhem crianças sem o propósito de perfilhá-las. Famílias que se propõem a cuidar de crianças pelo “simples” desejo de exercer o dever de cidadania são escassas. Dessa forma, abrigos são e serão necessários já que servem como apoio e talvez única alternativa para muitas crianças originárias de famílias multidesafiadas.

Problematizaremos os atravessamentos referentes às mudanças de vida daquelas crianças em acolhimento familiar, pensando em sua formação como sujeitos que pertencem a alguém e algum lugar e por isso precisam ser cuidadas de maneira estável e contínua. As famílias são espaços de pertencimento e cuidado. A inserção no acolhimento familiar é

¹ Este texto foi escrito no momento de transição do cadastro nacional de adoção (CNA) para a junção deste com o cadastro nacional de crianças e adolescentes acolhidos (CNACA). Assim, passou a nomear por SNA. Os autores compreendem que a sigla não contempla a aposta ético política, pois nomeia, sistema Nacional de adoção e a política explícita afirma que se precisa esgotar as possibilidades da família de origem para depois encaminhar uma criança à adoção judicial. Deste modo, o adequado seria ser “sistema nacional de acolhimento e adoção” e a sigla seria “SNAA”.

alternativa protetiva singularizante, com implicações de pertencimento e partida. Ao final é situada a experiência do acolhimento familiar em São Gonçalo.

Proteção à infância, contextualização

Os primeiros documentos internacionais de proteção à infância foram produzidos no século XX e diziam de direitos à proteção e cuidados. Ou seja, os textos legais se referiam à sobrevivência de crianças em desamparo. As declarações dos direitos da criança (DDC) foram os marcos legais internacionais que enfatizaram os efeitos da falta de proteção à infância apesar, de não terem força de lei frente aos países signatários. As DDC eram meras cartas de boas intenções, apenas sugeriam que os países deveriam cumpri-las em nome da proteção às crianças (Arantes, 1995, Arantes, 2016).

A convenção dos direitos da criança fora discutida por dez anos na organização das nações unidas (ONU), sendo aprovada em 1989. O Brasil a chancelou no ano seguinte, alguns meses após aprovar o estatuto da criança e do adolescente (lei Nº 8.069, 1990). Segundo Arantes (2016), os anais da ONU desvelam uma participação inócua do Brasil naqueles espaços de deliberações internacional referentes aos direitos da infância.

No período em que a CDC estava em debate os movimentos sociais de defesa dos direitos humanos da criança debruçavam-se sobre a necessária superação das duas concepções de infância produzidas desde a proclamação da lei Áurea: “criança” e “menor”. Crianças eram os filhos das chamadas famílias tidas por “estruturadas”, ao passo que menores eram os filhos das classes populares, pobres, notadamente negras (Bulcão, 2002; Santos, 2011; Baptista, 2018).

Quanto às discussões da CDC, na reflexão de Arantes (2016), estas giravam em torno de uma importante inovação: pensar a criança como sujeito de direito à proteção e a autonomia. Isto impunha um outro olhar sobre o cuidado com a infância. Não seria mais suficiente dar de comer àqueles pequenos que têm fome, se fazia necessário garantir-lhes a expressão da autonomia na afirmação destes como sujeitos de direitos à expressão de suas ideias e afetos; sem perder a dimensão do cuidado e proteção.

Dessa forma, o pós-abolição da escravidão fez surgir a ideia de “menor em situação irregular” (Arantes, 2004, 2016; Lemos & Vasco, 2012). A noção de menoridade motivou a retirada de crianças dos espaços públicos, afastando-as de suas famílias e inserindo-as em instituições asilares [instituições totais] com todas as implicações de (des)cuidados. Um bom exemplo deste estado de coisas pode ser observado nos filmes “Pixote: a lei do mais fraco”, “contador de histórias” e “menino 23”. Outra referência no assunto é o livro “infâncias perdidas” (Altoé, 1993), aqui rebatizado por “infâncias roubadas”, boas referências para se pensar esta tragédia que marca a história da criança minorizada no Brasil (Santos, 2011).

No cenário brasileiro o dito cuidado com a infância e suas engrenagens estatais é exaustivamente problematizado na academia. Movimentos sociais referentes à proteção de crianças em situação de vulnerabilidade e/ou riscos sociais também se proliferam. Além

disso, diversas autoras e autores apontam para o direito de tais sujeitos e suas tensões no panorama nacional e internacional. Entretanto, neste contexto, a rede de proteção à infância afirma o direito da prole desconsiderando, muitas vezes, os contextos nos quais a família se encontra inserida.

Desse modo, denunciam haver um movimento de salvar a criança como se, em regra, ela precisasse ser retirada de seus familiares, os quais seriam, necessariamente, seus algozes. Tal visão centrada na proteção da criança [*childprotectionorientation*], tem como foco a proteção da criança perante o maltrato, culpabilizando, em geral, a mãe (Diogo, 2018). Este olhar deslocado da família inserida em um modo de produção capitalista produtor de desigualdades, tende a proliferar os pareceres de negligência. Assim, muitos profissionais se referem a tais famílias como “desestruturadas”. Seriam elas multidesafiadas por um sistema desigual e escasso de oportunidades.

Famílias, algumas reflexões

Retomando a ideia de nuclearização das famílias, há que se pensar na dureza que o educar filhos impõe a quem exerce a parentalidade neste modo de ser família no contemporâneo. Talvez seja possível articular essa função com o conceito de sobreimplicação (Lourau, 1993) aplicado à arte de cuidar de filhos. Isto notadamente para as mulheres que, para além de serem instadas à realização profissional, têm sobre si uma dupla ou tripla jornada de trabalho. De forma recorrente recai sobre elas também o cuidado da casa e prole.

Em meados do Século XX os efeitos da segunda guerra mundial impuseram às mulheres uma ocupação no mundo do trabalho remunerado até então reservado ao homem. Isto porque a população masculina era dizimada e alguém precisaria ocupar aqueles postos de trabalho. No pós-guerra uma multiplicidade de teorias voltou a convocar a mulher a ocupar, de modo mais exclusivo e impositivo, o espaço doméstico, com afirmações naturalizantes sobre os cuidados com os filhos: amamentação, por exemplo. Assim, surgiram noções como “mãe suficientemente boa e suficientemente má” (Winnicott, 1998; Dias, 2012), termos psicanalíticos bem inseridos neste contexto.

O deslocamento da mulher da intimidade doméstica diz de uma mulher específica: branca, europeia, de classes sociais mais abastadas. Pois, a mulher negra e periférica sempre foi lançada ao mundo do trabalho exterior ao lar, em atividades laborais mal remuneradas e insalubres. Afinal, careciam sobreviver e sustentar sua prole, muitas vezes sem a participação dos genitores dos rebentos. Os homens tendem a ser “absolvidos” de suas responsabilidades, posto que é a mulher que traz o filho no ventre. Assim, sozinha, ela é responsabilizada por “acolher”, “neglicenciar” ou “abandonar” o rebento.

Na contramão da exaustiva cobrança sobre as mulheres, diversos arranjos familiares têm sido consolidados e legitimados pelo estado na contemporaneidade. Assim, cabe um questionamento: o que nos têm ensinado as conjugalidades entre a população de

lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, intersexuais & queres (LGBTTIQ)? Essas configurações familiares estariam a reeditar os padrões do patriarcado ou têm produzido fissuras nas naturalizações binários do casamento? Têm legitimado ou refutado as premissas naturalizantes sobre ser homem, ser mulher? Têm produzido modos singulares em exercer a parentalidade ou se calcam na heteronormativa? (Butler, 2003).

Todas as reflexões sobre famílias em diferentes momentos históricos afunilam para um mesmo lugar: o lugar da criança. O acolhimento familiar emergiu na informalidade, quando crianças eram cuidadas por famílias outras sem nenhuma intervenção estatal. Aos poucos foi tomando forma entre erros e acertos até se consolidar mundialmente como prática mais indicada para aqueles em situações adversas, necessitados de cuidado e proteção, fora das famílias de origens.

Acolhimento familiar, alternativa protetiva

O acolhimento familiar vem sendo discutido há alguns anos, em âmbito internacional. Inclusive a produção bibliográfica na América e Europa são consistentes e embasam as práticas brasileiras. Em alguns países como a França por exemplo, esta modalidade protetiva foi profissionalizada² e conta com extensa formação dos acolhedores. Em Portugal, apesar de ser uma prática antiga, tem experimentado avanços e retrocessos referentes à sua execução; segue com iniciativas situadas geralmente mais ao norte do país onde vem sendo desenvolvida também de forma privatizada.

Existem algumas publicações brasileiras sobre a temática (Rossetti-Ferreira et al., 2012; Valente, 2013, Baptista, Darós, Zamora, 2018, Baptista, 2018), contudo há imensos questionamentos sobre como proceder em sua implementação e manutenção. As diretrizes internacionais de prioridade para o cuidado em famílias parece ter ecoado no Brasil muito recentemente, quando foi inserida em lei. Aqui, afirma-se a necessidade de um olhar singular para a infância em vulnerabilidade, sendo que a situação brasileira difere bastante da de outros países.

O acolhimento familiar mostra-se potente, pois impacta positivamente sobre os processos de subjetivação quando comparado com as implicações negativas do acolhimento institucional, principalmente na primeira infância³. O rodízio de cuidadores em turnos não permite uma relação mais pregnante entre os bebês e os adultos responsáveis. Mesmo em espaços melhor adaptados e com menor número de crianças, o abrigo não é o melhor lugar para a permanência de crianças, notadamente as pequenas. Apesar de sua indicação, o acolhimento em famílias não está isento de dificuldades no seu trato, particularmente no que se refere ao apego e desapego (Bowlby, 1973, 1997, 1989; Gomes, Melchiori, 2012) entre os envolvidos.

2 A questão da profissionalização constitui-se uma questão a parte e não será aprofundada nesta escrita, notadamente porque as autoras e o autor seguem a discutir a questão.

3 As autores e autor deste texto pensam que o acolhimento deveria ser prioridade para toda criança, do nascimento aos dezoito anos de vida incompletos.

A vinculação vivida nesta modalidade protetiva requer delicados manejos para que a criança não venha a sofrer, desnecessariamente, frente a rupturas abruptas quando deixam o cotidiano daqueles que as acolheram. O movimento de reunificação e reintegração familiar (Delap, Wedge, 2016; RiseLearning Network, 2016) precisa ser cuidadosamente avaliado e manejado. Desacolhimentos descuidados tendem a produzir marcas psíquicas de novo “abandono”. Mesmo não havendo obrigação de manutenção dos vínculos entre família acolhedora e acolhido após o movimento de retorno, a cisão definitiva do contato entre ambos pode levar à sensação de desamparo, promovendo desconforto psíquico à criança. Assim, ratifica-se a importância de problematizar o sentimento de pertencimento referido pela noção de apego no contexto do acolhimento. Pertencer a algum lugar e alguém é necessário e vital.

Acolhimento, pertencimento e partida

O cuidar para deixar ir convoca-nos a pensar em um dos paradoxos da existência. Afinal, cuidar de uma criança sem a pretensão de ser sua mãe/pai e sem posse, apenas pela generosidade de preservar a infância, requer pensamento refinado sobre a sensação de pertencimento. Nesta direção, a teoria do apego de Bowlby (Gomes & Melchiori, 2012) se baseia no fato de que os seres humanos têm propensão para criar vínculos afetivos que podem se tornar insubstituíveis com o tempo. Por isso a relação entre crianças e seus primeiros cuidadores é tão fundamental para as construções vinculares futuras. Assim, a estabilidade, a garantia dos laços afetivos e a segurança formam a base da saúde mental.

Quando se fala da necessidade de vinculação e da condição de dependência total de uma criança, não se pode descartar sua família [*family service orientation*] (Diogo, 2018) e aqui ousamos dizer também da importância da família que acolhe. O vínculo de apego é tão necessário quanto alimentação e sono. Para Bowlby (1989) se apegar é alcançar e manter a proximidade com um outro que esteja mais apto. No caso da criança pequena, mais preparado para enfrentar as dificuldades do mundo com ela.

Apegar-se a outra pessoa é um movimento tão refinado que pode surgir a partir de rápidos olhares, pequenos contatos, ao som de uma voz, ou mesmo com uma canção de ninar. Constrói-se aos poucos, é sutil, e não precisa ser obrigatoriamente com a mãe/pai biológica. É a ideia de mãe suficientemente boa de Winnicott (Dias, 2012), aquele cuidador que não necessariamente gerou a criança. Então a busca por proximidade é vital e sua privação, ao contrário, pode ser letal. Tais experiências afetivas primárias têm enorme poder de construção mental mais saudável e aqui se ratifica a relevância da família que acolhe neste processo. Por isso tem dado certo quando os acolhedores são amorosos, participativos e devotados às crianças. Esse fio da navalha do desapego que é imposto pelo dia a dia do acolhimento em famílias é complexo e, não raras vezes, ameaçador.

O distanciamento tanto da família de origem quanto dos acolhedores pode ser difícil e a experiência profissional tem mostrado o quanto é desafiador trabalhar tal

sentimento quando há necessidade de ruptura. Mas, as chegadas e partidas não precisam necessariamente ser experiências de desligamento. Tanto na retirada da criança de sua família de origem para o acolhimento quanto na saída para outro lugar o contato pode permanecer e os vínculos se manterem. Aliás, o propósito do acolhimento familiar é primar pela convivência familiar e comunitária.

Na contemporaneidade, imersos em um mundo revestido da perspectiva capitalística (Deleuze, Gattari, 2004), onde subjetivam as relações de amor objetalizando e transformando os afetos em mercadorias, em valor de troca, a tendência é crer na posse de quem se ama ou cuida. Todavia, o acolher com liberdade pode afirmar um mundo outro, uma existência outra! Melhor dizendo, afirmar um lugar de amor e cuidado sem amarras coisificantes e cristalizadas implica poder deixar ir e estimular o pertencimento sem a noção de propriedade, mas incentivando a liberdade.

Neste cenário das mudanças de lugar faz-se necessário indagar se caberia cuidar apenas daqueles com quem se mantém laços de parentesco, de consanguinidade ou por adoção judicial. No acolhimento familiar a proposta é amar/cuidar para deixar ir, sem posse, como parte de uma experimentação outra de cuidado e pertencimento. É um cuidado sem a velha noção de contrapartida necessária, cunhada na perspectiva do lucro, ou seja, cobrar uma justa retribuição pelos afetos canalizados a outrem. A troca aqui precisa ser primeiramente afetiva, mesmo para as iniciativas profissionais de acolhimento.

Afinal, a quem pertence a criança?

No contexto de idas e vindas, há de se refletir sobre a infância e o lugar simbólico daqueles que cuidaram dos filhos dos outros durante certo tempo de suas existências. Afinal, a quem pertence a criança? Seria possível aos familiares de origem e adotantes permitirem a continuidade das relações? Olhar os acolhedores como aliados no processo de reconstrução da vida daquelas crianças? Estimular o contato afetivo entre os envolvidos no processo?

A experiência profissional tem mostrado maior abertura dos familiares de origem a autorizarem uma relação entre os ex-acolhidos e aqueles que os protegeram. Em geral aqueles que adotam preferem romper o contato com os acolhedores. Desta forma, tem sido um enorme desafio trabalhar a nova mudança de lugar de afetos e cuidados. É preciso compreender a importância da afirmação da trajetória da criança considerando legítimos todos os vínculos que construiu anteriormente. O núcleo familiar acolhedor pode ter feito a grande diferença no momento difícil de existência da criança.

Há que se levar a discussão para os grupos de apoio à adoção e sensibilizar os futuros adotantes para a importância da continuidade e permanência dos vínculos afetivos. Desconstruir o pensar no filho como parte de um casal ou de uma pessoa somente, mas como alguém que precisa ser afirmado em sua história, em trajetória. A criança pertence ao mundo, aos espaços e lugares em que viveu. A família acolhedora jamais sairá de sua

história, ao contrário, pode ter sido ela a grande facilitadora da nova vida.

Afirma-se a necessidade de manter o desacolhimento em detrimento do desligamento nesta escrita. A história continua de algum lugar e precisa ser contada. A permanência, estabilidade e continuidade são fundamentais para a constituição humana e fazem parte da construção do acolhido. Caso não se faça um exercício para apreender a vida e as relações de afeto em uma ruptura com esta racionalidade mercadológica, como se pode resguardar a saúde mental? Como tornar o acolhimento possível a longo prazo? Como problematizar sobre a importância dos afetos vividos pelo futuro filho com os adotantes? Como dar conta das perguntas que virão?

Para ilustrar o processo de acolhimento familiar, em seguida será apresentada a potente experiência vivida no município de São Gonçalo. A trajetória, eivada de paradoxos, serve de subsídio para outras práticas e ilustra formas de manejo necessárias tanto nos modos de nomeação quanto no acompanhamento amigável dos acolhedores. A intenção é dar suporte para que estes possam suportar com o menor sofrimento possível para si e para as crianças, o momento de deixar o pupilo seguir seu destino.

São Gonçalo, percurso da política de acolhimento

A equipe técnica interprofissional da vara da infância, juventude e idoso (Viji) de São Gonçalo começou a ser constituída com profissionais do quadro funcional próprio da serventia a partir de 1997. Naquele ano chegou uma assistente social ainda atuante na equipe. Até aquele momento, profissionais da Viji da comarca da capital eram designados para prestarem auxílio. Trabalhadores da própria serventia, com formação em serviço social também eram desviados de função para realizar estudos técnicos. Havia ainda profissionais da psicologia cedidos da prefeitura ou voluntários, que desenvolviam um trabalho no sistema de justiça da infância junto à Viji de São Gonçalo.

A partir da lotação da primeira assistente social, outras trabalhadoras lotadas foram sendo incorporadas à equipe de serviço social. A partir de fevereiro de 1999 houve a chamada dos primeiros psicólogos concursados do TJRJ. Desta feita, uma profissional foi incorporada àquela equipe. Em maio daquele ano chegou o segundo profissional com formação em psicologia. Assim, a equipe foi tomando corpo, tendo seu quantitativo aumentado, de modo efetivo, em 2004, quando chegaram novos concursados em serviço social e psicologia.

Todavia, para dizer do início do acolhimento familiar, se faz necessário recuar ao ano de 2000, quando aconteceu a formação do primeiro grupo de apoio à adoção (GAA) da cidade, o Apego (extinto em 2018). Os primeiros acolhimentos familiares em São Gonçalo foram viabilizados por núcleos familiares do GAA Apego⁴. O GAA Quintal de Ana⁵, sediado

4 Edjacira Fernandes de Lima, Jandira Helena Conti e Conceição Souza viabilizaram a formação deste GAA. O Apego foi extinto. A partir de 2018 formou-se novo GAA, o Claudia Diniz. O nome do novo GAA foi em homenagem a Claudia Diniz, assistente social que fez parte da equipe entre 2004-2017, quando fora vitimada por uma bala perdida em seu retorno do trabalho para casa

5 O GAA Quintal de Ana Foi formado inicialmente pelo casal Barbara Toledo e Sávio Bittencourt e vários amigos que

na vizinha Niterói, através de muitas famílias que compunham seu quadro de militantes, também fez importantes acolhimentos para Viji de São Gonçalo. Aqueles acolhimentos iniciais eram notadamente de bebês.

A escolha por inserir bebês em acolhimento familiar dizia de inquietações da equipe técnica interprofissional da Viji frente a uma delicada questão posta. Havia naquele momento histórico um abrigo na cidade que acolhia crianças na primeira infância. Muitos bebês, expostos (em logradouros públicos) ou deixados na maternidade, eram inseridos no abrigo e ali permaneciam por um longo período. Por vezes, eram destinados à adoção judicial não antes de seus cinco anos de vida. Eram notórios os prejuízos impostos àquelas crianças, devido a falta de cuidados singulares, a exemplo da estimulação necessária.

A equipe técnica interprofissional da Viji compreendia que aqueles bebês careciam de cuidados de modo singularizado. Processos de singularização são, conforme já situado, pouco prováveis em situações de abrigamento. Isto, reitera-se, não diz da qualidade do trabalho desenvolvido por aquele ou qualquer outro abrigo. A organização dos trabalhadores em turnos (im)possibilita uma vinculação consistente, cunhada na presença contínua, no olhar voltado para o bebê, conforme já sinalizado.

O olhar constante e direcionado, trocado com pessoas que permanecem com certa constância é o que singulariza o bebê em seus processos de subjetivação. Esta troca de potentes afetos é o que faz o bebê sentir-se único. Para além daquele olhar mais prenhe, o bebê demanda sentir-se o catalizador de todos os olhares para si, investindo-o de afetos. Isto possibilita ao bebê instaurar-se como sujeito singular. Constitui-se da ordem do improvável essa relação singularizante em um equipamento tão coletivo como o é qualquer equipamento de acolhimento institucional.

Por certo não se diz que os diversos modos de cuidados, incluindo os comunais, não viabilizam o forjar de sujeitos singulares. Afinal, os cuidados coletivos de diversos bebês em um equipamento de abrigo não podem ser comparados com contextos mais coletivos de cuidados, pois os abrigos, por melhor que sejam, cuidam de modo serializado.

Os modos diversos de cuidados a partir de contextos culturais múltiplos convocam a pensar as contribuições do filme “Bebês”, em que a cineasta acompanha a gestação de quatro mulheres, pertencentes a culturas que apreendem os cuidados de modo muito próprios. A narrativa fílmica acompanha os cuidados pré-natal, passando pelo nascimento dos infantes até os bebês completarem um ano de vida. Na obra de arte em apreço, invariavelmente, este é o momento em que os bebês se firmam eretos e os primeiros passos de suas existências acontecem. Trata-se de quatro culturas diversas (africana, mongol, americana e japonesa).

Esta bela obra de arte ajuda-nos a compreender que a diversidade nos modos de cuidado com a infância, devidamente inserida em um contexto cultural de pertença, não produz desigualdades nas possibilidades de os bebês construírem suas ferramentas adotaram judicialmente filhos. O casal em epígrafe fez pelo menos dois acolhimentos para a Viji de São Gonçalo.

para seguirem a transitar no mundo de modo autônomo. Por outro lado, observar-se que crianças que vivenciam longos períodos de abrigamento, ao deixarem o equipamento apresentam dificuldades neste transitar autônomo no mundo, o que implica certo tempo de acompanhamento técnico.

Voltando à experiência do acolhimento familiar em São Gonçalo, importante dizer que as primeiras experiências de cuidados com infantes colocados em situação de premente perigo aconteciam em função da generosidade daquelas famílias que já haviam adotado judicialmente seus filhos. Tais famílias desejavam apenas contribuir no cuidado com outras crianças que não seriam inseridas em suas vidas na condição de filhas. Todavia, isso não as impedia de protegê-las como se suas filhas fossem, até que os destinos das mesmas fossem decididos pela autoridade judicial.

Passados alguns anos, a potência deste modo de cuidar fez ver a um gestor que valeria a pena instituir o dispositivo acolhimento familiar como política pública estatal. Deste modo, nos idos de 2009 a prefeitura tomou para si a responsabilidade por fazer acontecer os acolhimentos familiares. No ano de 2010 fora aprovada a lei municipal de acolhimento familiar. Naquele momento, o acolhimento familiar destinava-se apenas a crianças com até seis anos de vida, conforme já apontado. Recentemente, o que era um programa tornou-se serviço e foi ampliado para crianças até dezoito anos de vida incompletos⁶.

Importante situar que, desde o início se percebia a diferença nas crianças reinseridas em suas origens ou colocadas em adoção judicial, quando oriundas de abrigo ou de acolhimento familiar. As abrigadas não tinham a mesma vivacidade daquelas que estavam em acolhimento familiar. Havia diferenças consistentes na qualidade dos vínculos construídos e isto se desdobrava na aquisição das habilidades desenvolvidas por elas. Quando se está inserido em um contexto familiar os processos de subjetivação acontecem a partir de uma intensa troca de olhares e de contatos físicos. Tais trocas potencializam a criança em seu processo de tornar-se sujeito.

Durante as discussões atinentes ao cuidado com a infância, nas reuniões semanais realizadas pela equipe técnica interprofissional da Viji, utiliza-se o termo “bilu-bilu existencial” para referir a essa delicada troca singularizante, que o ser acolhido em família produz no encontro entre acolhedores/bebês. A potência, a intensidade, esse “bilu-bilu existencial” traz consigo um paradoxo sobre o qual é preciso debruçar-se e pensar a melhor maneira de manejar. Minimizar o sofrimento, a sensação de abandono no desligamento da criança em acolhimento familiar e sua inserção junto à família de origem ou a adotiva, imprimindo assim, a ideia de desacolhimento.

Qual seria o momento mais adequado para o desacolhimento? Como deveria acontecer a reunificação? A experiência aponta que haveria sim diferenças entre o modo

6 A mudança de gestão municipal em 2021 levou a troca abrupta da coordenação do serviço de acolhimento familiar, tendo produzido alguns retrocessos, como dificuldade em inserir crianças acima de seis anos e redução de vagas, de trinta para vinte e cinco.

como familiares de origem e famílias adotivas tendem a se relacionar com os acolhedores. Familiares de origem, em regra tende a ser gratos e manter o contato, ao passo que os adotantes buscam se afirmar nos lugares parentais, a partir de uma fuga, tendendo a manter aqueles que protegeram seus filhos distantes destes.

Não se pode perder de vista que em certas situações os acolhedores acabam por contribuir para que os adotantes se afastem. Pois, de modo não consciente, acabam por imprimir uma dinâmica de afetos que amedronta. Isto fica bastante explícito em falas do tipo: *“quem for adotar minhas crianças precisa ser mil vezes melhor que eu”*. Esse tipo de narrativa acaba por fazer com que os adotantes ou familiares extensos sintam-se avaliados por aqueles que deveriam ter por aliados. A legitimação de signos linguísticos carregados de significados culturais, por exemplo: “mãe/pai” tendem a potencializar o desejo de afastamento, notadamente dos adotantes.

Considerações Finais

O acolhimento familiar impõe pensar o cuidado com a infância generosamente, na contramão das premissas capitalistas que modularam e seguem a modular a nuclearização das famílias pós-revolução industrial, o quê, de modo crescente, tem produzido fracassos e sofrimentos a todos os envolvidos, notadamente aos infantes, que, no mais das vezes, são condenados a novas sensações de abandono, uma vez que de modo abrupto, se veem afastados daqueles que deles cuidaram, por vezes, por tempo considerável, pois há acolhimentos familiares que ultrapassam um ano.

Frente ao exposto, algumas ponderações se fazem necessárias para se pensar potentes saídas na construção de balizas para o momento do desacolhimento, evitando-se um mero desligamento de infantes em situação de acolhimento familiar. Para se conseguir construir referências que possibilitem uma relação mais duradoura entre familiares de origem, adotantes e acolhedores.

O foco nas famílias adotivas em detrimento às origens se refere ao fato que os familiares de origem, talvez devido a uma suposta primazia da legitimidade dos vínculos de consanguinidade, se sintam mais seguros dos lugares parentais que ocupam. Isto implica compreender que, por vezes, as mães/pais adotivas fujam das famílias acolhedoras porque as apreendem como uma ameaça a construção de sólidos vínculos materno-paterno-filiais.

Assim, de plano, talvez seja recomendável abolir as naturalizantes nomeações de “mãe/pai” em relação aos acolhedores. Nomear simplesmente por acolhedores ou cuidadores, que diz efetivamente desse lugar que é preciso legitimar. Ou mesmo com signos linguísticos que se referem a vínculos de parentesco menos carregados de afetos e lugares simbólicos, logo mais fluidos. Cabe pensar em madrinha, padrinho, tia, tio na intenção de produzir uma ideia de que não trata de uma relação de disputa, mas de cooperação.

Sem desejar produzir generalizações cabe dizer que a experiência de São Gonçalo tem apontado que os familiares de origem tendem a olhar de forma agradecida para os

acolhedores, pois os veem como sendo aqueles que evitaram a inserção das crianças em abrigos. Logo, tendem a ser generosos em relação àqueles que cuidaram da criança. Buscam, deste modo, manter o contato entre a criança e aqueles que foram seu suporte.

Quanto às famílias que adotam, estas tendem a evitar os acolhedores, dando a sensação que aquela potência de amar para a vida, para deixar ir, produz um certo medo de que não consigam fazer com que as crianças os tenham por mãe, por pai, por mãe/pai, por mãe/mãe ou por pai/pai

Desta feita, cabe às equipes que atuam nesta modalidade de medida socioprotetiva atuarem no fio da navalha que é acolhimento familiar. Talvez as intervenções das equipes, desde as habilitações para a adoção, até o acompanhamento da medida socioprotetiva de acolhimento e adoção judicial seja convocar os usuários a pensar algo que se impõe como premissa: a quem pertence a criança? Seria a criança um ser objetalizado, a serviço do gozo do adulto ou seria uma pessoa em um momento peculiar do existir humano que demanda ser acolhida e protegida em sua trajetória?

Necessário caminhar no limiar da proteção e autonomia que são balizas fundante dos marcos legais que regem os cuidados com a infância e afirmam o melhor interesse dos infantes que são sujeitos de direitos. Assim, deveria a criança ser apreendida não como propriedade, mas como mútuo pertencimento, na relação com o outro, o qual precisa considerar e afirmar sua história, sua trajetória existencial, seu dever.

Afinal, o tempo nos leva, como leva um rio a folha que nas águas vai descendo...

REFERÊNCIAS

Altoé, S. (1993). *Infâncias perdidas: o cotidiano nos internatos-prisão*. Rio de Janeiro, RJ: EditoraXenon.

Arantes, E. M. M. (1995). Rosto de Crianças no Brasil. In: F. Pilotti & I. Rizzini (Orgs.). *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil* (pp. 171-220). Rio de Janeiro, RJ: Ed. Universitária Santa Úrsula; Amais; Instituto Interamericano Del Niño.

Arantes, E. M. M. (2004). De criança infeliz a menor irregular-vicissitudes na arte de governar a infância. *Mnemosine*, 1, 162-164.

Arantes, E. M. M. (2016). Duas décadas e meia de vigência da Convenção sobre os Direitos da Criança: algumas considerações. In: E. P. Brandão (Org.) *Atualidades em Psicologia Jurídica* (pp. 53-96). Rio de Janeiro, RJ: Nau.

Baptista, R. F. (2018). *Infâncias em famílias acolhedoras: perspectivas e desafios da reintegração familiar* (Tese de Doutorado). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Baptista, R. F., Darós, L. E. S., & Zamora, M. H. (2018). Acolhimento familiar, partidas e chegadas: a história de Laura e seu tempo de reintegração. In: K. Siqueira, L. Darós, & D. Roque (Orgs.). *Escritos sobre políticas públicas, infância e juventude* (pp. 193-204), Curitiba, PR: CRV.

Baremlitt, G. F. (2002). *Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática*. Belo Horizonte, MG: Instituto Felix Guattari.

Bowlby, J. (1973). *Apego e perda: separação – angústia e raiva*. São Paulo, SP: Martins Fontes.

Bowlby, J. (1997). *Formação e rompimento dos laços afetivos*. São Paulo, SP: Martins Fontes.

Bowlby, J. (1989). *Uma base segura: Aplicações clínicas da teoria do apego*. Porto Alegre, RS: Artes Médicas.

Bulcão, I. (2002) A produção de infâncias desiguais: uma viagem na gênese dos conceitos “criança” e “menor”. In: M. L. Nascimento (Org.) *Pivetes: a produção de infâncias desiguais* (pp. 61-73). Niterói, RJ: Intertexto. Rio de Janeiro, RJ: Oficina do Autor, 2002.

Butler, J. (2003). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.

Coimbra, C. M. A. & Ayres, L. S. M. (2009). Da moralidade e situação irregular à violência doméstica: discursos da (in)competência. In: C. M. A. Coimbra, L. S. M. Ayres, & M. L. Nascimento (Orgs.). *Pivetes: encontros entre a Psicologia e o Judiciário* (pp. 50-57). Curitiba, PR: Juruá.

Decreto Lei Nº 99.710 de 21 de novembro de 1990. Promulga a Convenção dos Direitos da Criança. *Diário Oficial da União*, 21 nov. 1990.

Delap, E. & Wedge, J. (2016). *Guidelines on Children Reintegration [GCR]*. Inter-Agency Group On Children's Reintegration [IAGCR]. Recuperado de <http://bettercarenetwork.org/sites/default/files/Guidelines%20on%20Children%27s%20Reintegration%20DIGITAL%20.pdf>

Deleuze, G. & Guattari, F. (2004). *O anti-Édipo: Capitalismo e esquizofrenia*. Lisboa: Assírio & Alvim.

Dias, E. O. (2012). *A teoria do amadurecimento de D. W. Winnicott*. São Paulo, SP: DWW Editorial.

Diogo, E. (2018). *Ser família de acolhimento em Portugal*. Lisboa: Palma de Cima.

Gonçalves, H.S. (2011). Violência contra a criança e o adolescente. In: H. S. Gonçalves & E. P. Brandão (Orgs.). *Psicologia Jurídica no Brasil* (pp. 283-320). Rio de Janeiro, RJ: Nau.

Gomes, A. A. & Melchiori, L. E. (2012). *A teoria do apego no contexto da produção científica contemporânea*. São Paulo, SP: Cultura Acadêmica.

Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. 16 jul. 1990.

Lei Nº 12.010, de 3 de agosto de 2009. Dispõe sobre adoção; altera as Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. 2 set. 2009.

Lemos, F. C. S. & Vasco, D. S. (2012). Alguns percursos históricos entre o higienismo e a medicalização na atenção à infância e às famílias. *Artifícios. Revista do Diferê*, 2(4), 1-20, 2012.

Lourau, R. (1993). *Análise Institucional e Práticas de Pesquisa*. Rio de Janeiro, RJ: EdUERJ.

Rise Learning Network (2016). *Monitoring and evaluation of reintegration toolkit. Family for Every Child*. Retrak and University of Bedfordshire. Recuperado de <https://riselearningnetwork.org/wp-content/uploads/2016/05/RISE-ME-of-Reintegration-Toolkit-working-draft-2016-V2.pdf>

Rossetti-Ferreira, M. C., Almeida, I. G., Costa, N. R. A., Guimarães, L. A., Mariano, F. N., Teixeira, S. C. P., & Serrano, S. A. (2012). Acolhimento de Crianças e Adolescentes em Situações de Abandono, Violência e Rupturas. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 25(2), 390-399. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722012000200021>

Santos, E.P.S. (2011). Desconstruindo a menoridade: uma análise crítica sobre o papel da Psicologia da categoria “menor”. In: H. S. Gonçalves, & E. P. Brandão (Org.). *Psicologia Jurídica no Brasil* (pp. 43-72). Rio de Janeiro, RJ: Nau.

Valente, J. (2013). *Família acolhedora: as relações de cuidado e de proteção no serviço de acolhimento*. São Paulo, SP: Paulus.

Winnicott, D. W. (1998). *Os bebês e suas mães*. São Paulo, SP: Martins Fontes.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acolhimento Familiar 7, 135, 136, 137, 138, 140, 142, 143, 144, 145, 146, 147
Adaptação 6, 4, 5, 59, 61, 93, 94, 96, 97, 104, 105, 106, 107, 109, 114, 115, 116, 117, 183
Adolescente com DT1 93
Agravante de parentesco 192
Alevosía 192
Alteración psíquica 191, 192
amor materno 164, 165, 166, 167, 168, 169, 172, 174, 175, 177
Ansiedade 54, 67, 96, 104, 106, 107, 114, 116, 117, 118, 151, 152, 156, 162, 181
Aprendizagem 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 10, 11, 13, 14, 45, 47, 48, 50, 51, 57, 91, 117, 151, 160, 162, 220, 228, 230
asesinato 8, 191, 204, 205, 208
Atenuante de confesión 192
autoeficácia 7, 46, 96, 117, 178, 179, 183, 185, 188
Autonomia 7, 59, 61, 62, 63, 65, 99, 100, 138, 147
Avaliação 46, 47, 48, 55, 79, 115, 116, 117, 124, 125, 126, 129, 130, 131, 132, 150, 152, 153, 159, 162, 228, 231

C

Cancro da mama 6, 114, 115, 116, 117, 118
capacidad volitiva 204
clima de aula 18, 20, 25
Cognitivo 1, 4, 6, 8, 31, 32, 54, 55, 78, 114, 117, 118, 180, 208
Coletividade 8, 220, 222, 223, 225, 226, 228, 230
comportamientos preventivos 6, 66, 69, 70, 72, 75, 76, 77, 78
conductas antisociales 31, 81, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90
conductas delictivas 81, 83, 86, 87, 88, 89
Conhecimento 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 54, 67, 105, 108, 125, 126, 128, 130, 132, 153, 165, 178, 179, 183, 184, 186, 229
convivencia 20, 26, 27, 29, 31, 34
COVID-19 6, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 75, 76, 77, 78, 79, 80
Criança 7, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 51, 92, 94, 96, 97, 105, 106, 107, 108, 109, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 145, 147, 148, 151, 152, 153, 155, 156, 157, 158, 160, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 176, 177, 178, 179,

182, 183, 186, 189, 227

D

Decapitação 191, 192, 202

Deficiência visual 6, 59, 61, 62, 64, 65

Depressão 55, 67, 104, 106, 114, 116, 117, 118, 152, 173, 175, 181

Diagnóstico 50, 51, 52, 53, 79, 95, 96, 114, 115, 116, 117, 118

E

educação 7, 1, 2, 3, 6, 7, 8, 13, 14, 15, 16, 17, 52, 55, 56, 59, 62, 63, 65, 91, 92, 94, 134, 150, 153, 159, 160, 161, 178, 184, 189, 190, 223, 227, 229, 230, 231, 233

Educación socioemocional 5, 29, 30, 31, 32, 33, 35

Entornos Virtuales 8, 210, 212, 213, 214

epistemicídio 7, 178, 179, 183, 184, 185, 190

escola 6, 6, 12, 17, 56, 91, 92, 93, 104, 107, 114, 119, 156, 159, 178, 179, 183, 184, 185, 189

Espaço público 8, 220, 222, 225, 226, 227, 228, 230, 231

estágios de desenvolvimento 37

Ética 22, 73, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133

F

Família 6, 7, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 104, 106, 107, 109, 136, 137, 139, 141, 142, 145, 148, 149, 151, 156, 159, 165, 167, 172, 173, 174, 175, 176, 226

Filicídio 191, 192, 202

Funções Psicológicas 6, 59, 60, 62, 64

I

inclusión curricular 29

Individualidade 4, 64, 182, 220, 231

inteligência 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 37, 45, 46, 47, 48

Internet 166, 202, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 217, 218

J

jóvenes 30, 32, 34, 35, 71, 81, 82, 83, 84, 88, 89

M

Mães doadoras 164, 169, 170, 173, 176

maternidade 144, 164, 168, 175, 176, 177

Mediação 1, 2, 13, 14, 59, 61, 62, 63, 64, 65
Memória de trabalho 114, 115, 116, 117, 118
militar de elite 204, 207
modelo por ecuaciones estructurales 66, 75

N

negritude 178, 179, 190

P

Pais 91, 97, 98, 99, 100, 104, 106, 107, 108, 109, 146, 151, 152, 154, 155, 156, 167, 169, 170, 171, 172, 173, 175, 176, 188

Perfil Indirecto 8, 210

Personalidad 8, 27, 32, 204, 206, 207, 208, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218

Pertencimento 136, 137, 138, 141, 142, 147

Práticas educativas 63, 150, 151, 153, 155, 156, 160, 161

Psicologia 2, 4, 7, 9, 17, 46, 47, 48, 49, 56, 57, 59, 60, 62, 65, 91, 93, 104, 114, 119, 124, 125, 126, 130, 133, 135, 143, 147, 148, 149, 150, 153, 161, 162, 175, 176, 177, 178, 180, 189, 190, 220, 222, 223, 226, 228, 230, 231, 232, 233

Psicologia da saúde 150

Psicología Jurídica y Forense 210, 211, 212, 216

Q

Qualidade de Vida 6, 93, 97, 104, 105, 107, 114, 115, 116, 118, 222, 227, 228, 231

Queimaduras Pediátricas 104, 107, 109

R

raciocínio 7, 16, 36, 37, 41, 46

Rasgos 8, 204, 206, 207, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217

Reações Emocionais 104, 106, 107

regulación emocional 18, 23, 24, 25, 29, 33

Relação família-escola 92

ruralidad 18

S

salud pública 66, 68, 77, 78

Stresse na Infância 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 161, 162

T

Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade 50, 51

Transtorno Psicótico 192, 202

V

validade 36, 37, 46, 47, 48

Vygotsky 1, 2, 14, 17, 59, 60, 61, 62, 63, 65

A PSICOLOGIA

e a exploração
DA PERCEPÇÃO, COGNIÇÃO, EMOÇÃO E PERSONALIDADE



Atena
Editora
Ano 2021

www.atenaeditora.com.br 
contato@atenaeditora.com.br 
[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 
www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

A PSICOLOGIA

e a exploração

DA PERCEPÇÃO, COGNIÇÃO, EMOÇÃO E PERSONALIDADE



Atena
Editora
Ano 2021

www.atenaeditora.com.br 
contato@atenaeditora.com.br 
[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 
www.facebook.com/atenaeditora.com.br 